ção das disposições do Decreto-Lei n.º 81/85, designadamente quanto ao valor da pensão estatutária do regime especial nos casos em que o beneficiário se encontre em situação de interrupção de contribuições.

A solução apresentada procura obviar as dificuldades resultantes, no caso de interrupções muito antigas, de registos nem sempre eficazmente utilizáveis. Por isso se manda atender, de forma prática, não ao ano da última contribuição entrada, nem sempre detectável, mas ao do início da pensão.

Por outro lado, é dada nova redacção ao artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 81/85, de 28 de Março, relativo a pensões de sobrevivência, com a preocupação de uma dupla simplificação:

Em primeiro lugar, eliminam-se os n.ºs 1 e 2 do artigo que, pela sua transitoriedade, deixaram de ter qualquer fundamento. Em segundo lugar, o n.º 3 do mesmo artigo é remodelado, passando a constituir o corpo do preceito. Flexibiliza-se deste modo o regime de acumulação, a partir da simples consideração do valor estatutário da pensão de sobrevivência com abandono das demais regras estabelecidas.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O quadro previsto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 81/85, de 28 de Março, posteriormente alterado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 310/85, de 30 de Julho, passa a ser o seguinte:

Ano do início da pensão	Valor estatutário da pensão mensal
Até 1976	630\$00
1977	720\$00
1978	830\$00
1979	970\$00
1980	1 120\$00
1981	1 340\$00
1982	1 630\$00
1983	1 960\$00
1984	2 420\$00
1985	3 120\$00
1986	4 030\$00

Art. 2.º O valor estatutário da pensão mensal, a que se refere o quadro previsto no artigo anterior, será futuramente fixado por portaria conjunta do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e do Ministro do Emprego e da Segurança Social.

Art. 3.º O valor das pensões estatutárias do regime especial de segurança social das actividades agrícolas, quando referentes a beneficiários em situação de interrupção de contribuições, corresponde ao que lhe deve ser atribuído no ano do início da pensão.

Art. 4.º O artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 81/85, de 28 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 64.º

Pensões de sobrevivência

Sempre que haja lugar à acumulação de pensão de sobrevivência do regime especial das actividades agrícolas com pensões de outros regimes obri-

gatórios de protecção social, o montante daquela prestação corresponde ao seu valor estatutário, devendo a melhoria a aplicar às outras pensões, sendo caso disso, ser determinada de acordo com a regulamentação própria estabelecida para o efeito.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Dezembro de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 31 de Dezembro de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 31 de Dezembro de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Decreto do Governo n.º 1/88

de 15 de Janeiro

Considerando que o Município de Vila Franca de Xira dispõe de expressivos recursos turísticos, com realce para a possibilidade da prática de desportos náuticos com base no rio Tejo, que detém tradições folclóricas relevantes, a par de interessante actividade equestre e tauromáquica, que importa salvaguardar e valorizar, com vista ao seu aproveitamento turístico, e que disfruta de uma apreciável capacidade de alojamento;

Considerando a solicitação, devidamente fundamentada, dos competentes órgãos autárquicos, que mereceu parecer favorável da respectiva Assembleia Distrital;

Considerando o disposto no artigo 117.º do Código Administrativo;

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É criada a Zona de Turismo de Vila Franca de Xira, cuja área e sede coincidirão com as do respectivo Município.

Aníbal António Cavaco Silva — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Assinado em 28 de Dezembro de 1987.

Publique-se. .

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Dezembro de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.